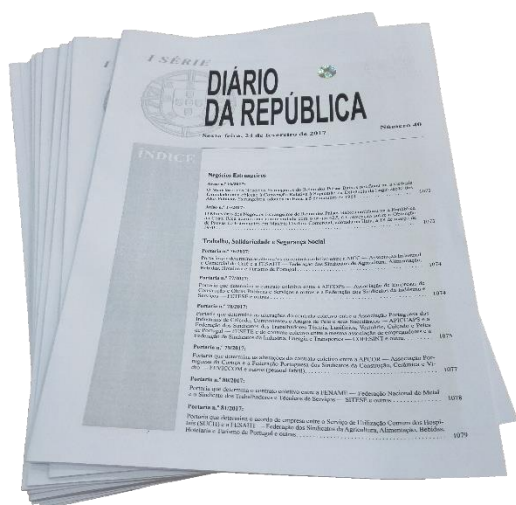


Digesto

NEWSLETTER N.º 19/2020

Período abrangido: 7 a 18 de Setembro de 2020



COVID-19

[Despacho n.º 8553-A/2020, de 4 de setembro](#)

Educação - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Secretária de Estado da Educação

Prevê a possibilidade de aplicação de medidas de apoio educativas aos alunos que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados doentes de risco e que se encontrem impossibilitados de assistir às atividades letivas e formativas presenciais em contexto de grupo ou turma.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Declara a situação de contingência em todo o território nacional continental, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, determinando a adoção em todo o território nacional de medidas de caráter excecional necessárias ao combate à COVID-19.

[Despacho n.º 8777-C/2020, de 11 de setembro](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Determina as medidas a aplicar ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.

[Despacho n.º 8844-A/2020, de 14 de setembro](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

Despacho n.º 8844-B/2020, de 14 de setembro

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Determina que a Autoridade Tributária e Aduaneira - AT deverá disponibilizar oficiosamente aos contribuintes a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia nos termos do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro, de dívidas de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) de valor igual ou inferior, respetivamente, a (euro) 5000 e (euro) 10 000, independentemente da apresentação do pedido.

Decreto-Lei n.º 68/2020, de 15 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece a possibilidade de prorrogação dos contratos a termo resolutivo celebrados com pessoal não docente das escolas da rede pública do Ministério da Educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a 8.ª geração do «Programa Escolhas», para o período de 2021 a 2022, procedendo à renovação do «Programa Escolhas», integrado no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), que tem como missão promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica.

Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 15 de setembro

Presidência do Conselho de Ministros, Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e dos Secretários de Estado das Finanças, do Tesouro, da Administração Pública e da Descentralização e da Administração Local

Prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa, os termos da articulação de competências entre a CIG, a CMVM e a CITE, e a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais.

[Portaria n.º 218/2020, de 16 de setembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Altera (segunda alteração) a [Portaria n.º 82-C/2020](#), de 31 de março, que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde e um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais dos «Contrato emprego-inserção» (CEI) e «Contrato emprego-inserção+» (CEI+).

[Portaria n.º 218-A/2020, de 16 de setembro](#)

SAÚDE

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 392/2019](#), de 05 de novembro, que estabelece os requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de patologia clínica ou análises clínicas e, bem assim, dos respetivos postos de colheitas.

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 64/2020, de 10 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece disposições em matéria de eficiência energética, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2018/2002](#).

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, que estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março, que estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia elétrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de fevereiro.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2020, de 16 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Delega, com faculdade de subdelegação, no membro do Governo responsável pela área do ambiente, a competência para homologar as propostas de delimitação do domínio público hídrico.

AGRICULTURA

[Decreto-Lei n.º 67/2020, de 15 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Assegura a execução e garante o cumprimento das obrigações decorrentes do [Regulamento \(UE\) n.º 2016/2031](#), relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e do [Regulamento \(UE\) n.º 2017/625](#), relativo aos controlos oficiais, no domínio das medidas de proteção contra pragas dos vegetais.

COESÃO TERRITORIAL

[Decreto-Lei n.º 69/2020, de 15 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece os termos da integração dos trabalhadores afetos aos programas operacionais regionais nos mapas de pessoal das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

ECONOMIA

[Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S. A., e aprova os respetivos Estatutos.

[Decreto-Lei n.º 71/2020, de 17 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Define os termos da regularização do património imobiliário do Instituto Português da Qualidade, I. P..

ENSINO SUPERIOR

[Decreto-Lei n.º 65/2020, de 11 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o reconhecimento de interesse público da Atlântica - Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia, que passa a ter a natureza de instituto universitário e a denominar-se Atlântica - Instituto Universitário.

[Despacho n.º 8777-A/2020, de 11 de setembro](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Altera (primeira alteração) o Despacho n.º 8035/2020, de 18 de agosto, que aprova o calendário da candidatura aos concursos especiais para titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2020-2021 em instituições de ensino superior públicas.

FINANÇAS

[Portaria n.º 215/2020, de 10 de setembro](#)

FINANÇAS

Aprova o novo modelo da declaração recapitulativa a que se referem a alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, bem como as respetivas instruções de preenchimento.

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

[Portaria n.º 214/2020, de 7 de setembro](#)

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Estabelece os requisitos e procedimentos de reconhecimento das entidades prestadoras de serviços na área da medicina e na área da psicologia que pretendam realizar exames médicos e avaliações psicológicas a candidatos a maquinista e maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário.

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Regulamento n.º 757/2020, de 10 de setembro](#)

Comissão Nacional de Proteção de Dados

Estabelece o regulamento de disciplina, organização e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), desenvolvendo o quadro geral estabelecido pela Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto.

[Resolução da Assembleia da República n.º 75/2020, de 17 de setembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprova o Regulamento da Comissão Permanente da Assembleia da República.

MAR

[Decreto-Lei n.º 66/2020, de 14 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do [Regulamento \(UE\) n.º 1257/2013](#), relativo à reciclagem de navios.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2020, de 9 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Prorroga, no contexto da atual situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e pela doença COVID-19, o apoio financeiro à revitalização turística e económica da ilha Terceira, no âmbito do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, com início a 1 de janeiro de 2021 e termo a 31 de dezembro de 2022.

TRABALHO

[Portaria n.º 213/2020, de 7 de setembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Estabelece os requisitos e procedimentos de certificação das entidades formadoras e dos cursos de formação inicial e contínua, destinados à obtenção e renovação da carta de maquinista de locomotivas e comboios do sistema ferroviário e estabelece as medidas administrativas aplicáveis às entidades formadoras em caso de violação dos deveres a que se encontram vinculadas, bem como pelo incumprimento da ministração dos cursos de acordo com os conteúdos e a organização estabelecidos na presente portaria.

[Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social.

TRIBUNAIS

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 299/2020, de 18 de setembro](#)

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 8 do artigo 1091.º do Código Civil, na redação dada pela [Lei n.º 64/2018](#), de 29 de outubro, por violação do n.º 1 do artigo 62.º, em conjugação com o n.º 2 do artigo 18.º, da Constituição da República Portuguesa.

[Acórdão n.º 421/2020, de 18 de setembro](#)

Tribunal Constitucional

Aprecia recurso de decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (EFCP), que julgou prestadas com irregularidades as contas apresentadas pelo Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP) relativas à Campanha Eleitoral para a Eleição, realizada em 4 de outubro de 2015, dos deputados para a Assembleia da República.

[Acórdão \(extrato\) n.º 424/2020, de 18 de setembro](#)

Tribunal Constitucional

Decide julgar inconstitucionais as normas contidas nos pontos 1 a 4 e 7 da Resolução do Conselho do Governo n.º 77/2020 e nos pontos 3, alínea e), e 11 da Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2020, nos termos das quais se impõe o confinamento obrigatório, por 14 dias, dos passageiros que aterrem na Região Autónoma dos Açores.

[Acórdão \(extrato\) n.º 429/2020, de 18 de setembro](#)

Tribunal Constitucional

Decide não se pronunciar pela inconstitucionalidade de normas do decreto que adapta à RAM a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, aprovado pela Assembleia Legislativa da Madeira, enviado ao Representante da República para assinatura como decreto legislativo regional.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

